

SUMÁRIO



Prefeitura de São José dos Campos - SP
Professor II - Arte

LÍNGUA PORTUGUESA

Questões que possibilitem avaliar a capacidade de Interpretação de texto	1
conhecimento da norma culta na modalidade escrita do idioma e aplicação da Ortografia oficial.....	6
Acentuação gráfica.....	17
Pontuação	19
Classes gramaticais; Pronomes: emprego e colocação.....	24
Concordância verbal e nominal.....	37
Regência nominal e verbal.....	39
Questões	42
Gabarito.....	60

MATEMÁTICA

Teoria dos Conjuntos.....	1
Conjuntos dos números Reais (R): operações, propriedades e problemas.....	7
Cálculos Algébricos	10
Grandezas Proporcionais.....	20
Regra de Três Simples e Composta.....	23
Porcentagem e Juro Simples	25
Sistema Monetário Brasileiro.....	29
Equação do Primeiro e Segundo Grau - problemas.....	32
Sistema Decimal de Medidas (comprimento, superfície, volume, massa, capacidade e tempo) - transformação de unidades e resolução de problemas	36
Geometria: ponto, reta, plano – ângulos, polígonos, triângulos, quadriláteros circunferência, círculo e seus elementos respectivos – figuras geométricas planas (perímetros e áreas)	42
sólidos geométricos (figuras espaciais): seus elementos e volumes.....	59
Funções do 1º e 2º grau	67
Sequências, Progressões Aritméticas e Geométricas.....	77
Resolução de problemas.....	82
Questões	88
Gabarito.....	94

SUMÁRIO

SUMÁRIO



INFORMÁTICA

Sistema Operacional Microsoft Windows	1
Microsoft Office: Editor de textos Word e Planilha Excel. Microsoft Office (2013, 2016)	22
Internet e ferramentas	58
Questões	65
Gabarito.....	71

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

O sistema escolar brasileiro segundo a legislação atual.....	1
A construção do conhecimento	3
Atividades adequadas e utilização de jogos na aprendizagem.....	4
o processo de ensino e aprendizagem: a ação pedagógica	9
A avaliação da aprendizagem	11
Integração escola, família e comunidade.....	13
O papel do professor no mundo atual	15
Questões	18
Gabarito.....	21

BIBLIOGRAFIA GERAL

Constituição Federal de 1988 – (artigos 205 a 214)	1
Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN.....	6
Lei nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (artigos 1º ao 6º; 15 ao 18-B; 53 a 59; 131 a 138)	38
BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, MEC/SEESP, 2008	43
BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.....	52
BACICH, Lilian. et al. Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015	62
BEAUDOIN, Marie-Nathalie; TAYLOR, Mauree. Bullying e desrespeito: como acabar com essa cultura na escola. Porto Alegre: Artmed, 2006.....	63
CAMARGO, Fausto. DAROS, Thuinie. A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 2018	63
CARBONELL, J. Pedagogias do século XXI: bases para a inovação educativa. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2016.....	64

SUMÁRIO



CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza (Org.). Interação escola família: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2010.....	64
CHRISPINO A.; CHRISPINO, R. S. P. A mediação do conflito escolar. 2. ed. São Paulo: Biruta, 2011	65
COLL, César. Comunidades de aprendizagem e educação escolar	66
COHEN, Elizabeth G.; LOTAN, Rachel A. Planejando o Trabalho em Grupo. Estratégias para salas de aula heterogêneas. Porto Alegre. Penso, 2017	67
GANDIN, Danilo. Planejamento como prática educativa. 19. ed. São Paulo: LOYOLA EDICOES, 2011.....	68
GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. São Paulo em Perspectiva, v. 14, n. 2. abr./jun. 2000.....	69
IMBERNÓN, Francisco, Formação Docente e Profissional: Formar-se para a mudança e a incerteza. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011. Volume 14. (Coleção Questões da Nossa Época).....	70
KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. 8ª ed. – Campinas, SP: Papyrus, 2012	72
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA João Ferreira e TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.....	73
LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011	73
MORAN, José. BACICH, Lilian. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018	74
MURICI, Izabela Lanna; CHAVES Neuza. Gestão para Resultados na Educação. 2. ed. São Paulo: Falconi, 2016	75
WEISZ, Telma, O Diálogo entre o Ensino e a Aprendizagem. 2. ed. Ática, 2000	75

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Educação das relações étnico-raciais no ensino de arte	1
Valorização das culturas afro-brasileiras e indígenas nas práticas artísticas escolares	10
Imagem como linguagem no ensino de arte	13
Leitura e produção de imagens na formação estética dos estudantes	15
Arte visual como meio de expressão e reflexão crítica	20
Fundamentos da bncc para o ensino de arte	24
Linguagens artísticas e competências específicas na educação básica	28
Música como instrumento de desenvolvimento integral na infância	34
Musicalização e experiências sensoriais na educação infantil	39
Formação do educador musical para atuação com crianças pequenas	43
Arte e resistência nas práticas educativas	46
Arte como espaço de enfrentamento e transformação social	48
Conexões entre arte, vida, ciência e tecnologia	50

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Arte digital e inovação nas práticas pedagógicas	52
Metodologia do ensino de arte	54
Planejamento, avaliação e estratégias de ensino em arte	54
História e fundamentos do ensino artístico escolar	58
Desenvolvimento musical na infância. Repertório, escuta e mediação em atividades musicais.....	61
Concepções contemporâneas de música na escola	65
Cibercultura e cultura digital na formação educacional.....	67
Impactos da tecnologia no acesso e produção artística	68
Jogos teatrais como recurso pedagógico	70
Expressão corporal, improvisação e ludicidade no teatro escolar	72
Política educacional e ensino de música na escola pública	74
Concepções sobre música e currículo	78
Experiências contemporâneas no ensino de arte	82
Práticas interdisciplinares e arte-educação crítica	85
Arte e diversidade cultural	88
Práticas pedagógicas inclusivas e valorização das diferenças	91
Abordagens contemporâneas no ensino de artes visuais	94
Mediação cultural e uso de recursos visuais em sala de aula	97
Narrativas docentes no ensino de arte.....	100
Práticas pedagógicas situadas e experiências de professores de arte	102
Questões	105
Gabarito.....	109

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Araújo, f. De a. Et al. Educação das relações étnico-raciais e o ensino de arte na educação básica. 2023.....	1
Barbosa, ana mae. A imagem no ensino da arte. São paulo: perspectiva, 2012.....	5
Base nacional comum curricular – bncc. Assuntos relacionados à arte	11
Brito, teca alencar de. Música na educação infantil: propostas para formação integral da criança. 2. Ed. São paulo: peirópolis, 2003.....	15
Cruz, mônica f.; Pontes, heloísa m. (Orgs.). Arte e educação em tempos de resistência. Campinas: mercado de letras, 2021	15
Domingues, diana. Arte e vida no século xxi: tecnologia, ciência e criatividade. São paulo: unesp, 2002.....	19
Ferraz, maria heloísa c.; Fusari, maria cecília. Metodologia e técnica do ensino de artes. São paulo: cortez, 1993.....	23
Ilari, b.; Broock, angelita (orgs.). Música e educação infantil. Campinas: papirus, 2017.....	29

SUMÁRIO



Levy, pierre. Cibercultura. São paulo: editora 34, 2010	35
Neves, adriana. 11 Jogos teatrais educativos para realizar com os alunos. Instituto claro, 2019.....	40
Penna, maura. A dupla dimensão da política educacional e a música na escola. Revista da abem, 2014.....	45
Santos costa, dalva; bassani, thiago samuel. Arte na educação básica – experiências, processos, práticas contemporâneas. Jundiaí: paco editorial, 2019.....	50
Silva, rosemeire c.; Lima, isabel cristina r. (Orgs.). Ensino de arte e diversidade cultural: práticas pedagógicas para a educação básica. Curitiba: appris, 2021	54
Souza, maria eliza rosas et al. (Orgs.). Artes visuais na educação: contextos contemporâneos e metodologias. São carlos: edufscar, 2020	58
Sousa, tânia et al. (Orgs.). Arte na educação básica: narrativas docentes e práticas pedagógicas. Porto alegre: editora fi, 2020.....	63

SUMÁRIO



A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

— Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

– **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

– **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

– **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:



Os conjuntos estão presentes em muitos aspectos da vida, seja no cotidiano, na cultura ou na ciência. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar uma lista de amigos para uma festa, ao agrupar os dias da semana ou ao fazer grupos de objetos. Os componentes de um conjunto são chamados de elementos, e para representar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

Na matemática, um conjunto é uma coleção bem definida de objetos ou elementos, que podem ser números, pessoas, letras, entre outros. A definição clara dos elementos que pertencem a um conjunto é fundamental para a compreensão e manipulação dos conjuntos.

Símbolos importantes

\in : pertence

\notin : não pertence

\subset : está contido

$\not\subset$: não está contido

\supset : contém

$\not\supset$: não contém

$/$: tal que

\implies : implica que

\Leftrightarrow : se, e somente se

\exists : existe

\nexists : não existe

\forall : para todo(ou qualquer que seja)

\emptyset : conjunto vazio

\mathbb{N} : conjunto dos números naturais

\mathbb{Z} : conjunto dos números inteiros

\mathbb{Q} : conjunto dos números racionais

\mathbb{I} : conjunto dos números irracionais

\mathbb{R} : conjunto dos números reais

Representações

Um conjunto pode ser definido:

- Enumerando todos os elementos do conjunto

$$S = \{1, 3, 5, 7, 9\}$$

- Simbolicamente, usando uma expressão que descreva as propriedades dos elementos

$$B = \{x \in \mathbb{N} \mid x < 8\}$$

Enumerando esses elementos temos

$$B = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7\}$$



O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Principais Características e Novidades

- **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.
- **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.
- **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.
- **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

Instalação do Windows

- Baixe a ferramenta de criação de mídia no site da Microsoft.
- Use-a para criar um pendrive bootável com a ISO do Windows.
- Reinicie o PC e entre na BIOS/UEFI para priorizar o boot pelo pendrive.
- Na instalação, selecione idioma e versão, depois a partição (formate se necessário).
- Crie um usuário e siga os passos da configuração inicial.
- Após finalizar, o Windows estará pronto para uso.



O sistema escolar brasileiro é regulado por um conjunto de normas que garantem o direito à educação e estabelecem diretrizes para sua organização e funcionamento. A principal legislação que rege o ensino no Brasil é a Constituição Federal de 1988, especialmente no artigo 205 ao 214, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996. Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE), atualizado periodicamente, estabelece metas para o desenvolvimento da educação no país. Este texto abordará a estrutura do sistema escolar brasileiro conforme a legislação vigente, detalhando seus níveis e modalidades, a organização federativa da educação e os desafios enfrentados na implementação das políticas educacionais.

Princípios e Diretrizes da Educação Brasileira

Princípios Fundamentais

A educação no Brasil deve seguir princípios previstos na Constituição Federal, especialmente no artigo 206, que estabelece diretrizes como:

- Igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento;
- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- Gestão democrática do ensino público;
- Valorização dos profissionais da educação;
- Garantia de padrão de qualidade;
- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

Além disso, a LDB reforça esses princípios e define regras para o funcionamento da educação básica e superior.

Diretrizes da Política Educacional

A política educacional brasileira segue diretrizes nacionais formuladas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), com participação dos estados e municípios. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas a serem cumpridas em um período de 10 anos, abrangendo desde a educação infantil até o ensino superior.

Estrutura do Sistema Escolar Brasileiro

Educação Básica

A educação básica é composta por três etapas:

- Educação Infantil (creche e pré-escola, para crianças de 0 a 5 anos);
- Ensino Fundamental (anos iniciais e finais, do 1º ao 9º ano, obrigatório para crianças de 6 a 14 anos);
- Ensino Médio (3 anos de duração, obrigatório para adolescentes a partir de 15 anos).

A obrigatoriedade da educação básica está prevista no artigo 208 da Constituição e na LDB, que estabelece a responsabilidade do Estado em garantir o acesso universal.

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988****CAPÍTULO III
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO****SEÇÃO I
DA EDUCAÇÃO**

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)



EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO DE ARTE;

O componente curricular Arte, na educação básica, envolve diferentes formas de expressão, como as Artes Visuais, a Música, o Teatro e a Dança. Diante dos desafios relacionados ao ensino dessa disciplina, especialmente após a criação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, esta análise teve como objetivo investigar como a produção acadêmica tem tratado a relação entre o ensino de Arte e a construção de uma educação antirracista.

Para isso, foi feito um levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), abrangendo o período de 2013 a 2023. A pesquisa usou os descritores “Ensino de Arte e Educação Étnico-Racial” e resultou na seleção de dez dissertações, que foram analisadas com base na metodologia de análise de conteúdo, conforme os critérios de Bardin (2016). Os resultados mostram que o ensino de Arte tem contribuído de forma importante para o debate sobre as relações étnico-raciais e para a criação de práticas pedagógicas voltadas à valorização da diversidade cultural. No entanto, ainda existem dificuldades, como a resistência em romper com uma visão eurocêntrica, presente há muito tempo nos currículos escolares. Essa visão costuma valorizar mais as produções artísticas europeias, deixando de lado outras expressões culturais, especialmente as de origem afro-brasileira e indígena.

Outro problema identificado é a falta de preparo dos professores de Arte, tanto na formação inicial quanto na formação continuada, para trabalhar com os conteúdos exigidos pela legislação. Essa deficiência prejudica a construção de práticas realmente comprometidas com a diversidade, com o combate ao racismo e com a valorização das culturas historicamente excluídas.

Fundamentos Legais e Políticos da Educação das Relações Étnico-Raciais

A promulgação da Lei nº 10.639, em 2003, representou um marco significativo no enfrentamento das desigualdades raciais no campo educacional brasileiro, ao introduzir no ordenamento jurídico a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira em todos os níveis da educação básica. Embora as ações afirmativas e os debates sobre relações étnico-raciais já estivessem presentes na agenda política desde a década de 1990, e os movimentos sociais atuassem há décadas pela reformulação do sistema educacional, foi apenas com essa alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que se estabeleceu um compromisso normativo claro com a valorização das matrizes culturais africanas e afrodescendentes.

O caráter político-pedagógico da norma visa garantir o reconhecimento da população negra como sujeito histórico e cultural, promovendo o resgate de sua memória coletiva e a valorização de sua identidade no ambiente escolar. A proposta contida na legislação extrapola o simples acréscimo de conteúdos programáticos, configurando-se como uma ação estruturante no sentido da superação do racismo institucional e da promoção da igualdade racial.

A determinação legal abrange o ensino fundamental e médio, e orienta que os conteúdos relativos à história e cultura afro-brasileira sejam transversalizados no currículo, com ênfase nas disciplinas de História, Literatura e Arte. No que se refere ao ensino de Arte, destaca-se o papel fundamental da disciplina na promoção da diversidade cultural, por meio do contato com múltiplas linguagens expressivas como teatro, dança, música, pintura, escultura, arte digital, cinema, entre outras que refletem diferentes contextos sociais, estéticos e históricos. Entretanto, observa-se que a presença da produção artística de autoria negra e afrodescendente ainda é insuficientemente representada nos espaços escolares. O protagonismo de artistas negros e suas contribuições para o patrimônio cultural brasileiro permanece, em muitos casos, invisibilizado nas práticas pedagógicas e nos materiais didáticos, revelando a persistência de uma abordagem eurocêntrica na seleção de conteúdos. Nesse sentido, torna-se imperativo repensar o ensino da Arte, de modo a assegurar a representatividade e o reconhecimento das expressões artísticas oriundas da população negra



CONTEXTUALIZAÇÃO DA OBRA

A obra *Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de Arte na Educação Básica* (2023), organizada por Francisco de Assis Araújo e outros autores, integra um movimento educacional e acadêmico voltado para o fortalecimento das políticas públicas que tratam da diversidade étnico-racial no ambiente escolar. O livro se insere no contexto da implementação da Lei nº 10.639/2003, que alterou a LDB para tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos da educação básica.

Com base nessa legislação e em diretrizes nacionais de educação, a publicação parte da constatação de que o ambiente escolar brasileiro ainda enfrenta desafios profundos para tratar de forma efetiva e respeitosa as questões raciais, especialmente quando se trata da valorização das identidades negras e indígenas. Nesse cenário, o ensino de arte é apresentado como um campo potente para o desenvolvimento de práticas pedagógicas antirracistas, capazes de promover uma educação mais plural, crítica e sensível à diversidade cultural brasileira.

A coletânea reúne pesquisadores e educadores com experiência nas áreas de artes visuais, teatro, dança, música e educação antirracista, compondo uma abordagem multidisciplinar que conecta arte, política, história e pedagogia. Os autores atuam em universidades públicas, institutos federais e escolas de educação básica, trazendo contribuições que refletem tanto investigações acadêmicas quanto vivências docentes.

O pano de fundo da obra é a necessidade urgente de revisão dos currículos escolares e das práticas pedagógicas para que se tornem instrumentos efetivos de combate ao racismo estrutural e de promoção de uma cultura de valorização das identidades étnico-raciais. O livro dialoga com documentos oficiais como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), evidenciando a importância da transversalidade do tema racial nas diversas disciplinas, especialmente na arte.

Outro elemento importante na contextualização da obra é o reconhecimento do papel central dos professores na mediação desses saberes e na construção de práticas educativas mais inclusivas. Os autores defendem que a formação inicial e continuada dos docentes deve contemplar uma abordagem crítica das relações étnico-raciais, de modo que o professor esteja preparado não apenas para transmitir conteúdos, mas para transformar realidades por meio de um ensino comprometido com a justiça social e a igualdade racial.

A publicação surge, portanto, como um instrumento formativo e de reflexão, tanto para professores quanto para gestores educacionais, artistas educadores, estudantes e pesquisadores da área de educação. Em um momento de intensificação dos debates sobre equidade, representatividade e descolonização dos saberes, o livro se consolida como uma referência importante para quem deseja pensar a educação a partir de uma perspectiva antirracista e plural.

OBJETIVOS E FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A obra *Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de Arte na Educação Básica* tem como principal objetivo contribuir para a construção de uma prática pedagógica que promova a equidade racial no ambiente escolar, tendo a arte como um eixo estruturante. Nesse sentido, os autores propõem reflexões e práticas voltadas à desconstrução de estereótipos e ao reconhecimento da diversidade cultural afro-brasileira, africana e indígena nos currículos escolares, em consonância com o que estabelecem a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008.

Mais do que apenas indicar conteúdos ou propor atividades, o livro busca oferecer um embasamento crítico e ético para o trabalho com a temática das relações étnico-raciais na educação básica, partindo do pressuposto de que o ensino de arte pode — e deve — ser uma ferramenta potente para o enfrentamento do racismo e para a valorização das identidades historicamente marginalizadas.

Entre os objetivos centrais da obra, destacam-se:

- Fortalecer as políticas de educação das relações étnico-raciais no ensino básico por meio da arte.